

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Estudo Técnico Preliminar 59/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25038.000635/2025-77

2. Descrição da necessidade

2.1. O Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus – DSEI MRP é uma unidade gestora integrante da Secretaria de Saúde Indígena – SESAI/MS, tendo a Sede Administrativa situada no município de Lábrea/Amazonas, na qual possui uma área territorial de aproximadamente 158.162,2 Km², abrangendo os municípios de Lábrea, Canutama e Tapauá, sendo responsável por um conjunto de ações técnicas e qualificadas que tem por objetivo promover a atenção à saúde e as práticas sanitárias voltadas exclusivamente para as comunidades indígenas, no sentido de proteger, promover e recuperar a saúde dos povos indígenas, independentemente das adversidades existentes, garantido desta forma, a consolidação do direito desses povos ao acesso à atenção diferenciada à saúde.

2.2. Considerando que se faz necessário a prestação de serviços de motoristas, de forma a atender as necessidades da Instituição dando suporte operacional a todos os setores demandantes, como o transporte nas áreas de abrangência do DSEI Médio Rio Purus, dos Colaboradores da Sede Administrativa, das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI's) para até o flutuante e para realização de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde Indígenas e Polos Base de Saúde Indígena; traslado de pacientes/acompanhantes para a regulação de atendimento de média e alta complexidade nas cidades de Lábrea/AM e Tapauá/AM, e para Humaitá/AM ou Porto Velho /RO; compreende ainda o transporte para as entradas e saídas de EMSI's para embarque aos Polos Base Chico Camilo, Japiim e Tawamirim, bem como o transporte de pacientes e acompanhantes, profissionais, equipamentos, vacinas, insumos médico-hospitalares e odontológicos, materiais do serviço de edificações e saneamento necessários para efetivação das ações de saúde.

2.3. Considerando as medidas governamentais que reduziram o número de concursos públicos e a seletividade de categorias profissionais, para a função de Motorista Oficial para a condução de veículos de pequeno, médio e grande porte, sendo que estes não estão contemplados nos últimos concursos da instituição. Tendo em vista, que a demanda de serviços no âmbito do DSEI MRP, no tocante as áreas de apoio no atendimento das necessidades voltadas para a saúde indígena é bastante grande, e o número de pessoas ainda é muito restrito para atender e garantir a qualidade da saúde indígena.

2.4. A pretendida contratação deu-se em razão a negativa da Contratada em prorrogar o Contrato nº 56/2024, referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de condução de veículos (Motoristas Terrestre) para atender às demandas do DSEI/MRP, após ter sido identificado erros de cálculo existentes na proposta (Planilha de Custos e Formação de Preços) original apresentada durante a fase de licitação.

2.5. Importante enfatizar que a metodologia utilizada para estimar o quantitativo de motoristas necessários para atendimento das demandas, teve por base a quantidade de veículos existentes na frota do DSEI Médio Rio Purus, conforme abaixo:

2.5.1. Processo novo de Locação de Veículos NUP nº 25038.000596/2023-46, na qual estão previstas 10 (dez) Pick-ups;

2.5.2. Processo de doação de 01 (um) Veículo tipo Van, pela Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, conforme E-mail (SEI nº 6098005);

2.5.3. Processo de aquisição de 02 (dois) Veículos, do tipo Pick-ups, NUP nº 25038.000068/2021-25, para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus;

2.5.3. Processo de aquisição de 01 (um) Veículo, do tipo Caminhão 4x2, NUP nº 25038.000585/2021-02, para apoio logístico nas demandas do Serviço de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena - SESANI/MRP;

2.5.4. Os serviços de motoristas terrestres, serão executados nas respectivas escalas e quantidades, conforme distribuídos na tabela abaixo:

MOTORISTAS TERRESTRES				
Lotação	Especificação e Carga Horária	Quant. Postos	Quant. de Motoristas por Posto	Código - CBO
SEDE ADMINISTRATIVA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	03	03	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "D" (escala 44 horas)	01	01	782310
CASAI LÁBREA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	02	02	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 diurno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 noturno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "D" (escala 44 horas)	01	01	782310
CASAI TAPAUÁ	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 diurno)	01	02	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 noturno)	01	02	782305
POLO BASE TIPO II - CANUTAMA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	01	01	782305
CASAI MANAUS	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	01	01	782305
TOTAL	-----	17	25	----

2.6. Mediante ao exposto, tendo em vista a importância da pretendida contratação, objetivando a disponibilização de serviços especializados de Motoristas nas categorias "B" e "D" para conduzir os veículos que compõe a frota do DSEI Médio Rio Purus, compreendendo em especial o transporte de usuários indígenas, pacientes e acompanhantes para

as CASAI'S, hospitais de referência, aeroportos, terminais portuários e profissionais que continuamente se deslocam para atender as necessidades dos serviços administrativos e social deste DSEI. Além disso, os veículos também são utilizados para transportar materiais, medicamentos e equipamentos odontológicos/ hospitalares das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, suprimindo desta forma, com eficiência, eficácia e efetividade várias demandas de responsabilidade deste DSEI.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos	Ana Cristina Sousa da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da Contratação abrangem os tópicos abaixo relacionados:

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Na execução dos serviços, quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010.

I - Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e VIII - Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.2. Serviços Continuados ou Não

4.2.1. O serviço de condução de veículos (Motoristas Terrestres) é enquadrado como continuado, tendo em vista que os serviços a serem contratados são essenciais para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

4.2.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.4.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. Vistoria

4.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Condições de Execução

4.5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.5.1.1. Trata-se de um serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

4.5.1.2. A prestação dos serviços, deverá ser iniciada imediatamente, contados da assinatura do contrato, devendo a contratada, nesse prazo, alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pelo DSEI Médio Rio Purus, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados;

4.5.1.3. Os serviços de motoristas terrestres, será executados nas respectivas escala e quantidades, conforme distribuídos na tabela abaixo:

MOTORISTAS TERRESTRES				
Lotação	Especificação e Carga Horária	Quant. Postos	Quant. de Motoristas por Posto	Código - CBO
SEDE ADMINISTRATIVA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	03	03	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "D" (escala 44 horas)	01	01	782310
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	02	02	782305

CASAI LÁBREA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 diurno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 noturno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "D" (escala 44 horas)	01	01	782310
CASAI TAPAUÁ	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 diurno)	01	02	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (12/36 noturno)	01	02	782305
POLO BASE TIPO II - CANUTAMA	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	01	01	782305
CASAI MANAUS	Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas)	01	01	782305
TOTAL	-----	17	25	----

4.5.1.4. As unidades beneficiadas com os serviços de motoristas localizam-se nos seguintes endereços:

LOCAIS	ENDEREÇO
Sede Administrativa	Rua Doutor João Fábio, nº 1964, Centro – Lábrea/AM
CASAI Lábrea	Estrada do Aeroporto, Km 1,5 – Perímetro Urbano – Lábrea/AM
Canutama/AM	Avenida Benjamin Constant, Bairro São Francisco – Canutama /AM
CASAI Tapauá	Avenida Presidente Costa e Silva nº 1858, Bairro Açai – Tapauá /AM
CASAI Manaus	Rodovia AM 10 Km25 – Manaus/AM

4.6. Requisitos mínimos para o exercício do cargo de Motorista:

4.6.1. Grau de escolaridade mínima: ensino fundamental completo e/ou ensino médio em curso com previsão de conclusão em até 03 (três) anos;

4.6.2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos de idade;

4.6.3. Possuir Carteira Nacional de Habilitação nas categorias "B" e/ou "D", de acordo com o tipo de veículo;

4.6.4. Possuir Carteira Nacional de Habilitação há, no mínimo, 03 (três) anos para a categoria "D".

4.6.5. Experiência mínima de 06 (seis) meses na função e que não conste registro na CNH de falta grave ou gravíssima, nos últimos 12 (doze) meses;

4.6.6. Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira de habilitação/CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos, ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos 12 (doze) meses;

4.6.7. Deter equilíbrio emocional, apresentar polidez no atendimento e trabalhar sob pressão;

4.6.8. Ter noções de combate a incêndios, primeiros socorros, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica.

4.6.7. É facultado à Contratada realizar processo seletivo para a contratação de motoristas, podendo realizar avaliações teóricas e práticas, além de entrevista para a avaliação dos candidatos.

4.6.8. Deveres e Obrigações dos Motoristas:

4.6.8.1. Obedecer rigorosamente às leis de trânsito;

4.6.8.2. Apresentar-se no horário de serviço devidamente uniformizado, com crachá de identificação, obedecendo às regras básicas de higiene;

4.6.8.3. Permanecer em seu local de trabalho no período determinado, somente ausentando-se quando autorizado pela autoridade competente. Em caso de emergência, comunicar o fato ao Fiscal do Contrato;

4.6.8.4. Não fumar cigarros ou semelhantes no interior do veículo;

4.6.8.5. Não ingerir bebidas alcoólicas quando em serviço;

4.6.8.6. Não utilizar telefone celular quando estiver conduzindo o veículo;

4.6.8.7. Manter atenção redobrada nas proximidades de controles eletrônicos de trânsito, faixas de pedestres e colégios;

4.6.8.8. Planejar antecipadamente o reconhecimento dos itinerários, evitando trajetos mais longos e trânsito tumultuado ou congestionado;

4.6.8.9. Não deixar o veículo na rua, desacompanhado ou sem a necessária vigilância;

4.6.8.10. Procurar, sempre que possível, um local de estacionamento bem iluminado e vigiado para estacionar o veículo;

4.6.8.11. Não fornecer a estranhos o serviço, informações, hábitos e costumes do passageiro que está sendo transportado;

4.6.8.12. Manter-se sempre atento quando estiver com o veículo estacionado aguardando o passageiro;

4.6.8.13. Acompanhar a carga e descarga do material transportável, orientando sua arrumação no veículo para evitar acidentes;

4.6.8.14. Ter zelo especial pelo veículo, mantendo-o sempre em ótimas condições de limpeza e funcionamento das apresentações do veículo ao responsável pelo Setor de Transporte;

4.6.8.15. Evitar arrancadas e freadas bruscas;

4.6.8.16. Atender a todos os passageiros com respeito e cortesia, executando com proficiência as ordens recebidas, procurando ser sempre útil e demonstrar interesse pelo serviço que presta;

4.6.8.17. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança, comunicando à fiscalização do contrato os nomes dos servidores que se neguem a fazê-lo;

4.6.8.18. Ter sempre em seu poder a CNH e o original ou cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;

4.6.8.19. Nunca utilizar o veículo para fins particulares;

- 4.6.8.20. Comunicar ao responsável pelo Setor de Transporte a ocorrência de qualquer dano no veículo;
- 4.6.8.21. Obedecer todas as diretrizes relacionadas ao cartão de combustíveis, seguindo todas as orientações do Fiscal do Contrato de combustíveis do DSEI e da Gestão de Contratos;
- 4.6.8.22. Respeitar a diversidade e cultura dos povos indígenas, inclusive as disposições emanadas pelo Controle Social e movimento indígena no âmbito do DSEI Médio Rio Purus;
- 4.6.8.23. Assumir as multas a que der origem, aplicadas aos veículos;
- 4.6.8.24. Assumir os valores em caso de sinistro dos veículos;
- 4.6.8.25. Providenciar, quando da ocorrência de acidente com veículo, o Boletim de Ocorrência junto ao Órgão Oficial competente, comunicando ao setor de transportes do DSEI Porto Velho imediatamente;
- 4.6.8.26. Manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, obrigando-se, sempre que solicitado, conduzir os mesmos até os locais previamente indicados para acompanhar e fiscalizar o correto e regular abastecimento, lavagem e lubrificação;
- 4.6.8.27 Recolher o veículo à garagem quando do retorno do serviço ou de viagem;
- 4.6.8.28. Quando os veículos apresentarem problemas de qualquer natureza, prestar todas as informações que tenha conhecimento ao responsável pela reparação do veículo, de modo a contribuir para o diagnóstico do defeito verificado no veículo;

4.7. Local da prestação dos serviços

LOCAIS	ENDEREÇO
Sede Administrativa	Rua Doutor João Fábio, nº 1964, Centro – Lábrea/AM
CASAI Lábrea	Estrada do Aeroporto, Km 1,5 – Perímetro Urbano – Lábrea/AM
Canutama/AM	Avenida Benjamin Constant, Bairro São Francisco – Canutama /AM
CASAI Tapauá	Avenida Presidente Costa e Silva nº 1858, Bairro Açai – Tapauá /AM
CASAI Manaus	Rodovia AM 10 Km25 – Manaus/AM

4.8. Rotinas a serem cumpridas

- 4.8.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 4.8.2. Os motoristas deverão observar e Deveres e Obrigações elencados acima.

4.9. Materiais a serem disponibilizados

- 4.9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 4.9.2. O objeto da contratação não exige a disponibilização de materiais aos seus colaboradores para a perfeita execução dos serviços, além da disponibilização dos uniformes com vistas à padronização das vestimentas dos prestadores de serviços alocados, e cujo detalhamento está disscorrido no subitem 4.12. deste instrumento.

4.10 . Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.10.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar aos seus funcionários todos os materiais necessários ao fiel cumprimento dos serviços, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;

4.10.3. Os custos dos materiais devem observar o valor de mercado. Não serão aceitos valores superdimensionados nem subdimensionados;

4.10.4. Deverão ser consideradas nas propostas, as quantidades de uniformes por posto de trabalho, respeitando-se suas descrições devidas;

4.10.5. Deverão ser consideradas nas propostas as quantidades de materiais, tributos, benefícios, entre outros valores pertinentes a cada local de prestação do serviço;

4.10.6. A prestação dos serviços, deverá ser iniciada imediatamente, contados da assinatura do contrato, devendo a contratada, nesse prazo, alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pelo DSEI Médio Rio Purus, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados;

4.10.7. Recomenda-se a utilização do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços previsto na Instrução Normativa nº 7, de 20 de setembro de 2018;

4.10.8. Atendimento integral das disposições a serem elencadas na forma de prestação do serviço, constante neste termo de referência, de acordo com o modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União – AGU.

4.11. Diárias

4.11.1. Considerando a abrangência geográfica do Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Purus, é imprescindível se considerar a possibilidade para o pagamento de diárias quando houver o deslocamento para outros municípios com pernoite fora da Unidade de Referência, distinta da sede habitual da prestação dos serviços, e nesta seara, faz-se necessária a inclusão de um item específico na planilha de formação de custos de cada posto para o pagamento/reembolso destas despesas indenizatórias.

4.11.2. O Caderno de Logística de prestação de serviços de transportes no âmbito da Administração Pública orienta que só faz jus ao recebimento de diárias o profissional que fizer um deslocamento para uma localidade distinta da sede habitual da prestação dos serviços, ou seja, aqueles que por ventura foram designados para realizar rotinas diferentes das quais fora contratado.

4.11.3. Considera-se para fins de estimativa da quantidade de diárias os cálculos descritos no quadro abaixo:

Tipo de diária	Valor	Qtd total de Diárias	Valor Global
Com pernoite	R\$ 335,00	435	R\$ 145.725,00

4.11.4. Por se tratar de despesa de caráter indenizatório, nas quais não incidem impostos e/ou tributos não haverá a incidência de qualquer outro tipo de acréscimo sobre o valor pago ao profissional que fizer jus, logo o valor a ser reembolsado, e que deverá constar da fatura, será o mesmo valor líquido a ser pago ao empregado.

4.11.5. Com vistas ao reembolso das referidas despesas deverá constar um item específico no quadro resumo da planilha de composição de custos, no qual fique evidenciado o valor total da proposta.

4.11.5.1. O valor estimado para deslocamentos da sede (diárias) é ESTIMADO E FIXO, portanto não varia nas propostas individuais. Integra as propostas para fins do cálculo do valor máximo do certame e também integrará o futuro contrato para efeito de pagamento e indenização, de acordo com a efetiva ocorrência dos eventos.

4.11.5.2. Por ocasião do pedido de reembolso à Contratante, a Contratada deverá juntar no pedido a documentação que comprove o efetivo pagamento das diárias, fazendo constar ainda, o período, o local de deslocamento, a quantidade de diárias e o motivos do deslocamento acompanhado da autorização de deslocamento ou documento similar a ser emitido por membro da equipe de fiscalização.

4.11.5.3. O ressarcimento/reembolso da despesa ocorrerá no mês subsequente ao da prestação do serviço.

4.11.5.4. O valor a ser pago por diária equivale ao menor valor estipulado no Anexo I do Decreto nº 5.592 /2006 (Alterado pelo Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023), ou seja, o montante de R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais) - (página 11 - SEI nº 0054576344).

4.11.5.5. A memória de cálculo para se estimar os quantitativos, teve como base o período de deslocamentos realizados pelos Motoristas Terrestres do atual Contrato, contemplando o período de Março/2025 à Março/2026, conforme comprovação através da Planilha (SEI nº 0054576168 e 0054576205).

4.11.5.6. Entende-se por diária por ocasião de viagem realizada pelos colaboradores a serviço do CONTRATANTE, necessitando pernoite fora da cidade de origem do serviço;

4.11.5.7. Nos casos de viagens intermunicipais e interestaduais na qual haverá existência de pernoite, ou em demais deslocamentos que sejam necessários a pernoite do prestador de serviço, o fiscal do contrato oficializará a empresa em até 72 (setenta e duas) horas anteriores ao deslocamento, informando o período, nome do colaborador, município e estado de deslocamento e outras informações que achar pertinente;

4.11.5.8. Havendo qualquer situação causada por fato imprevisível ou de força maior, a oficialização à Contratada poderá ser em prazo inferior, mas com a brevidade possível para que a Contratada possa repassar o valor devido ao colaborador.

4.11.5.9. Essas serão reembolsadas após a efetiva requisição e comprovação de pagamento ao respectivo colaborador no mês.

4.11.5.10. A licitante não deverá alterar o valor desta "verba", cuja finalidade se destina tão somente à disponibilização orçamentária necessária ao reembolso de despesas com eventuais diárias.

4.11.5.11. Por ocasião da elaboração da Planilha de Custos deverá preencher o QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS/ANUAL DOS SERVIÇOS conforme destacado a seguir:

Quadro Demonstrativo das Vagas							
Item	Descrição	Unidade	Qtde de Postos	Qtde de Funcionários	Valor Unitário por Posto	Valor Mensal	Valor Total
1	Motorista Cat. "B" - 44 horas	Posto	6	6	R\$	R\$	R\$
2	Motorista Cat. "B" - 44 horas - Manaus	Posto	1	1	R\$	R\$	R\$
3	Motorista Cat. "B" - 12x36 Diurno	Posto	4	8	R\$	R\$	R\$
4	Motorista Cat. "B" - 12x36 Noturno	Posto	4	8	R\$	R\$	R\$

5	Motorista Cat. "D" - 44 horas	Posto	2	2	R\$	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$	R\$
Previsão de deslocamentos para fora do domicílio de origem (DIÁRIAS)					Qtde de Diárias Previstas	Valor a ser pago por pernoite (R\$)	Valor Total Estimado para Diárias
					435	R\$ 335,00	R\$ 145.725,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO							R\$

4.11.5.12. A inclusão de um item específico para reembolso das despesas com diárias faz-se necessária haja vista a natureza indenizatória da despesa, bem como, a previsão orçamentária para cobrir tais despesas, permitindo desta forma, o empenho e a apropriação de recursos na natureza da despesa correta.

4.11.5.13. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

4.11.6. A execução dos serviços será iniciada em Junho de 2026, na forma que segue:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES		
Período	Atividade a ser Realizada	Responsável
Junho/2026	Contratação dos colaboradores	Empresa Contratada
Junho/2026	Acolhimento/integração dos colaboradores	Responsável Técnico de Educação Permanente
Junho/2026	Análise do perfil profissional do colaborador e lotação no setor mais adequado	Psicólogo e Gabinete do DSEI
Junho/2026	Treinamento para uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI e liberação de acesso ao sistema	Colaborador contratado realizará o treinamento da plataforma virtual da ENAP
Junho/2026	Treinamento dos colaboradores a função designada	Chefia titular/Substituta de cada setor ou pessoa por ela delegada.
Julho/2026	Avaliar de desempenho se as atividades exercidas pelo colaborador está a contento ou não e, com posterior emissão de relatório.	Chefia titular/Substituta de cada setor ou pessoa por ela delegada.

4.12. Uniformes

4.12.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

4.12.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

4.12.1.2. 02 (duas) calças na cor azul marinho ou preta;

4.12.1.3. 02 (duas) camisas de mangas curtas, na cor branca ou azul;

4.12.1.4. 02 (duas) camisas de mangas longas, na cor branca ou azul;

4.12.1.5. 01 (um) par de botinas em couro, na cor preta;

4.12.1.6. 01 (um) Crachá de identificação pessoal com foto e dados pessoais;

4.12.1.7. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (horas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

4.12.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

4.12.2.1. Os uniformes e seus respectivos complementos deverão ser disponibilizados de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;

4.12.2.3. O uniforme deverá ser aprovado pela CONTRATANTE na ocasião da celebração do contrato. Caso seja motivadamente recusado, a CONTRATADA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para proceder à devida adequação.

4.12.2.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

4.12.2.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.12.2.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.13. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

4.13.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

4.14. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DE ITENS

4.14.1. É notório que nas Contratações Públicas, a demonstração pelo zelo, eficiência, eficácia e efetividade, respeitando o princípio da economicidade balizado ao princípio da legalidade e da legitimidade (CF, art. 70, "caput"), razão pela qual optou-se pelo agrupamento dos itens a serem licitados, os mesmos deverão ser oferecidos por uma única empresa especializada, considerando que reduzem-se os gastos, facilita a prestação dos serviços e proporciona uma melhor fiscalização pelo órgão.

4.14.2. O agrupamento dos itens faz-se necessário devido à especificação do objeto a ser licitado, por trata-se da prestação de um mesmo serviço, garantindo a qualidade e responsabilidade contratual. Quanto a questionamento futuros, sobre restrições de competitividades, fica assegurado à ampla concorrência, sendo que os procedimentos licitatórios serão na forma eletrônica, cabendo à empresa adequar-se as necessidades do órgão, conforme sua qualificação técnica no mercado.

4.14.3. De defesa pelo agrupamento dos itens, pontua-se:

4.14.3.1. A administração busca licitar sobre o regime de agrupamento de itens, devido fracasso (perda) de itens no momento da licitação, ocasionado pela singularidade de alguns itens. Para a administração a perda de itens na adjudicação, representa um grande dano, do ponto de vista que toda compra ou prestação de serviços feita sob medida, compreendendo a necessidade do exercício administrativo.

4.14.3.2. O desmembramento do objeto em itens específicos visa tão somente à individualização, discriminação e dimensionamento dos custos e formação dos preços. Nenhum dos itens poderia ser utilizado independente ou isoladamente, posto que são complementares da mesma natureza e interdependentes, devendo ser contratados simultaneamente, combinados em dimensões e natureza de acordo com as circunstâncias que o caso completo requeira, razão pela qual devem ser impositivamente atribuídos a uma única contratada.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Opções de Soluções Disponíveis no Mercado

5.1.1. O motorista faz o **transporte de pessoas, cargas, documentos ou produtos para um destino estabelecido**. Ele possui conhecimento em leis de trânsito e normas de segurança, itinerários diversos e inspeciona as condições do veículo, como a parte elétrica, pneus e abastecimento de combustível.

5.1.2. Atualmente o mercado oferece os seguintes tipos de categoria de Motorista, conforme normativas do Departamento Estadual de Trânsito:

Tipo de Categoria	Descrição
Motorista Categoria "ACC"	É a autorização para conduzir ciclomotor que permite ao cidadão dirigir veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora. Exemplo: bicicleta motorizada, ciclomotor/cinquentinha;
Motorista Categoria "A"	Condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral. Exemplo: moto, motoneta e triciclo;
Motorista Categoria "B"	Condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a 3.500 kg e cuja lotação não exceda a 8 lugares, excluído o do motorista. Exemplo: Automóvel, Picape/Pick-up, Utilitário/SUV, Van;
Motorista Categoria "C"	Condutor de veículo abrangido pela categoria B e de veículo motorizado utilizado em transporte de carga cujo peso bruto total exceda a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilogramas). Exemplo: Caminhão, Caminhonete, Van de Carga;
Motorista Categoria "D"	Condutor de veículo abrangido pelas categorias B e C e de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros cuja lotação exceda a 8 (oito) lugares, excluído o do motorista. Exemplo: Ônibus, Micro-ônibus e Van de Passageiros;
Motorista Categoria "E"	Condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a 8 lugares. Exemplo: Automóvel tracionando trailer, Caminhão tracionando duas carretas (treminhão), Ônibus articulado "sanfonado ou minhocão".

5.1.3. As opções de categorias e suas cargas horários que atendem as necessidades do DSEI MRP (conforme os quantitativos de veículos locados e próprios) e que foram definidas para esta Contratação, foram as seguintes:

Serviço de Motorista terrestre categoria "B" (escala 44 horas).

Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (escala 44 horas) - com inserção do Vale Transporte devido a localidade (Manaus/AM);
Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 diurno).
Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 noturno).
Serviço de Motorista terrestre categoria “D” (escala 44 horas).

5.1.4. Considerando que a metodologia utilizada para estimar o quantitativo de motoristas necessários para atendimento das demandas, teve por base a quantidade de veículos existentes na frota do DSEI Médio Rio Purus, conforme abaixo:

- Processo novo de Locação de Veículos NUP nº 25038.000596/2023-46, na qual estão previstas 10 (dez) Pick-ups;
- Processo de doação de 01 (um) Veículo tipo Van, pela Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, conforme E-mail (SEI nº6098005);
- Processo de aquisição de 02 (dois) Veículos, tipo Pick-ups, NUP nº 25038.000068/2021-25, para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus;
- Processo de aquisição de 01 (um) Veículo, tipo Caminhão 4x2, NUP nº 25038.000585 /2021-02, para apoio logístico nas demandas do Serviço de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena - SESANI;

5.1.5.. Há ainda uma diversidade de atuação do profissional Motorista no mercado:

Atuação	Descrição das atividades desenvolvidas
Motorista particular de aplicativos	<p>Os aplicativos pra motoristas chegaram ao Brasil pra valorizar a profissão, oferecendo qualidade no atendimento ao cliente e ajudando o profissional a atuar com mais segurança, agilidade e conforto pros passageiros. Entre todas as opções de atuação, trabalhar como motorista particular de aplicativos é, provavelmente, a escolha que dá mais possibilidades de flexibilidade nos horários e nos ganhos.</p> <p>Há diversos aplicativos no mercado, cada um com suas vantagens e tipos de operação. O melhor de tudo é que nenhum deles exige exclusividade. Então, o motorista pode usar vários ao mesmo tempo, de acordo com o benefício específico na data, lugar e hora em que estiver trabalhando. Diferentemente dos taxistas, os motoristas particulares de aplicativos não precisam de licença da prefeitura de seus municípios pra atuar.</p> <p>A Uber é uma das únicas empresas de aplicativos de mobilidade urbana que não exigem capacitação — e acaba perdendo pontos por isso. Pra atuar com ela, é preciso somente cadastro online, carteira de habilitação profissional, documentos do carro e antecedentes criminais. Com isso tudo aprovado, é só baixar o aplicativo e esperar o primeiro cliente chamar.</p> <p>A 99 e a Cabify são mais cuidadosas no processo de escolha dos motoristas que vão trabalhar pra elas. Além dos documentos exigidos, as duas empresas exigem a participação do candidato em um curso de capacitação. A 99 também vai fazer uma entrevista por telefone antes da aprovação do cadastro.</p>
Taxista	<p>Da mesma forma que o motorista particular, o taxista pode ser seu próprio patrão, escolher seus horários de trabalho, sua jornada diária e quanto quer ganhar por mês.</p> <p>Uma das vantagens de ter o carro identificado, como ocorre com os taxistas, é a segurança. Todos os veículos têm identificação e registro na prefeitura da cidade onde são licenciados. Além disso, há regulamentação da profissão e do serviço, além de fiscalização específica. Tudo isso dá mais segurança ao trabalho do taxista.</p>

	<p>Outro benefício que só os motoristas de táxi têm é a possibilidade de circular pelas faixas exclusivas pra ônibus, que a maioria das capitais e grandes cidades já implantou. Então, quem precisa ser atendido com mais rapidez deve optar pelo táxi.</p>
Motorista corporativo contratado	<p>Além das atuações acima, os motoristas tem a opção de montar um currículo e procurar trabalho em empresas como motorista corporativo. Nesse caso, devem ser preparar para as exigências que a formalidade apresenta. Serão feitas entrevistas, provavelmente serão pedidas referências e terão de seguir as regras da companhia. Além disso, certamente haverá capacitações específicas, dependendo do tipo de empresa que contratará.</p> <p>Por fim, as empresas têm priorizado a contratação de profissionais que já tenham cursos de capacitação e experiência na função. Então, se quiser seguir essa carreira, é bom investir nos estudos, que podem ser relacionados, inicialmente, à direção defensiva, à segurança, à mecânica e aos primeiros socorros, por exemplo.</p>
Caminhoneiro	<p>Nessa atuação valem as mesmas vantagens dos motoristas de carros particulares ou taxistas quanto à flexibilidade, caso o motorista seja autônomo. A diferença é que o motorista poderá trabalhar na estrada, o que abre ainda mais as chances de conhecer pessoas e lugares novos.</p> <p>Aliás, é esse o benefício que costuma atrair mais as pessoas pra essa profissão. Mas nem tudo são flores nas estradas brasileiras. Há também buracos, infraestrutura ruim e falta de segurança em algumas das principais rodovias do país. Portanto, é preciso cuidado, atenção e muita disposição.</p> <p>O motorista de caminhão também deve saber que não vai só dirigir: ele também carrega e descarrega o veículo, dorme em locais nem sempre confortáveis e passa dias e noites longe de casa e da família. Uma forma de se defender nesse mercado tem sido tornar-se caminhoneiro agregado de uma transportadora.</p>
Motorista de Ônibus	<p>Uma vantagem de trabalhar nesse segmento é que as empresas de transporte coletivo costumam oferecer aos seus funcionários diversos cursos de capacitação, que vão desde leis de trânsito a atendimento, primeiros socorros e direção defensiva.</p> <p>É preciso ter, minimamente, o ensino fundamental completo, além da carteira de habilitação com categoria D e, claro, mais de 18 anos de idade. Entre as suas habilidades, deve estar o bom relacionamento com outras pessoas, cordialidade, tranquilidade e capacidade pra agir em momentos de tensão ou sob pressão.</p> <p>Por causa dessa falta de gente pra trabalhar, as empresas têm até melhorado os benefícios oferecidos, como jornadas menores de trabalho, salários mais competitivos etc. Esse é o tipo de carreira que tem exigido menos dos profissionais. Na maioria dos casos, é preciso ter apenas o ensino fundamental.</p>
	<p>Pra quem tem disponibilidade de abrir um negócio, ser motorista também pode ser vantajoso. Isso porque as empresas de fretamento têm conseguido cada vez mais espaço, principalmente nos municípios em que há problemas de mobilidade urbana. Isso porque as pessoas que trabalham longe de casa estão buscando alternativas de transporte com comodidade. Além disso, as empresas estão terceirizando esse serviço pra economizar.</p>

Empresa própria de fretados	<p>Há dois tipos de transporte fretado. O primeiro é o eventual. Nesse caso, a empresa que oferece o serviço é contratada pra eventos pontuais: um passeio turístico, cultural ou religioso ou, até mesmo, pra levar alunos de uma escola pra uma atividade extracurricular fora da instituição.</p> <p>O segundo tipo de fretamento é o chamado contínuo, que pode ser, por exemplo, o transporte contratado por uma empresa pra levar seus funcionários. A vantagem em relação ao transporte coletivo vai desde a economia até a garantia de que os trabalhadores vão chegar em segurança e no horário.</p> <p>Pra ter uma empresa de fretamento, o motorista deve ter a carteira de habilitação da categoria D. Além disso, deve buscar licenciamento na prefeitura, se for trabalhar dentro do município, ou junto à secretaria estadual de transportes, caso vá fazer trajetos intermunicipais.</p>
Transporte escolar	<p>Esse é o tipo de trabalho que já existe há muitos anos, mas é cada vez mais valorizado, já que pais e mães cada vez menos têm tempo para o deslocamento das crianças entre a casa e a escola. A opção mais prática e segura é a contratação de uma empresa de transporte escolar, que tem a responsabilidade de pegar e deixar os estudantes no horário certo e em segurança.</p> <p>Por causa desse compromisso com os pais, os motoristas de vans ou ônibus escolares têm obrigações e leis específicas para seguir. Os veículos, por exemplo, devem estar identificados nas laterais. Além disso, o Código de Trânsito Brasileiro determina que todos os assentos devem ter cinto de segurança e ninguém pode ser transportado de pé.</p> <p>Para ser motorista desse tipo de transporte, é preciso ter mais de 21 anos de idade, ter carteira de habilitação com a categoria D e não pode ter cometido infrações graves ou gravíssimas no último ano. A pessoa que escolher essa profissão também precisa fazer um treinamento específico pra essa categoria. Por fim, o exame psicotécnico é especial pra atividade.</p> <p>Esse é um trabalho que exige o respeito e a confiança dos pais e responsáveis pelas crianças. É no começo do ano que a maioria dos contratos são feitos. A ideia é que se cobre um valor por ano, parcelado em 12 vezes, assim como fazem com as mensalidades escolares.</p>
Fonte: https://vidademotorista.com.br/conheca-7-maneiras-de-trabalhar-como-motorista/	

5.1.6. Para a contratação pretendida, verificou-se que das diversidades de atuação da categoria da Motorista, a que mais se adequa e atende as necessidades do DSEI Médio Rio Purus é o Motorista Corporativo Contratado, conforme a discriminação dos serviços a serem executado, bem como o custo-benefício ofertado.

5.1.7 Em pesquisa aos Contratos Similares firmados por outros órgãos, verificou-se que a contratação dos serviços de motorista para condução de veículos próprios ou locados foi uma alternativa escolhida e que adequou-se as necessidades, conforme pode ser observado através do Contrato firmado pelo DSEI Manaus (SEI nº 0049869910).

5.1.8. Em pesquisa junto as empresas atuantes no mercado, verificou-se que através das 3 (três) pesquisas realizadas, a contratação dos serviços de motoristas é uma solução bastante utilizada, e de forma que a mesma é capaz de suprir as necessidades do órgão.

5.1.9. Importante destacar que até se chegar à Definição da Solução Escolhida (contratação de serviços de motorista) foram analisados diversos editais de certames realizados por outros entes da Administração, dentre eles podemos citar o processo instruído anteriormente por essa administração, conforme processo NUP: 25038.000991/2023-29.

5.2. Solução de Execução

I - Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do MS: É inviável.

II - Contratação de Empresa Especializada: Para a contratação pretendida, é viável a contratação.

Audiência Pública: Não se aplica para esta aquisição.

5.3. Forma de Seleção do Fornecedor:

5.3.1. Adesão a Atas de Registros de Preços (ARP): Essa alternativa otimiza o processo, permitindo a aquisição de produtos ou serviços previamente registrados, economizando tempo e recursos. No entanto **NÃO** foram encontrados Atas de Registro de Preços em aberto para objeto de pretensão.

5.3.2. Contratação Direta: Inexigibilidade de Licitação: Para a contratação que pretende efetivar a forma de seleção **NÃO** se aplica, haja vista que, o mercado dispõe de um leque de empresas que trabalham com o fornecimento dos produtos que se pretende adquirir.

5.3.3. Dispensa de Licitação: O valor da contratação que se pretende efetivar, **NÃO** se enquadra no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, a saber: "II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras", alterada pelo Decreto nº 12.807, de 29 de Dezembro de 2025, para o valor de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

5.3.4. Licitação: A contratação dos serviços de condução de veículos (motoristas terrestres) se enquadra na modalidade de licitação, uma vez que envolve a execução de um serviço especializado, que requerem a seleção de um fornecedor qualificado para garantir a qualidade, segurança e eficiência na prestação dos serviços, nesta modalidade a administração poderá por meio do pregão ter vantajosidade em relação a valor, uma vez que mercado de serviços de mão de obra é competitivo.

5.4. Forma de Contratação:

5.4.1. Sistema de Registro de Preços (SRP): O SRP é indicado quando há previsão de contratações recorrentes do mesmo item. Essa modalidade permite a aquisição escalonada, conforme a demanda, contribuindo para a redução de estoques e custos o que **NÃO** é o caso da pretendida aquisição, deste modo sendo descartado.

5.4.2. Contrato de Fornecedor Contínuo: Não se aplica

5.4.2.1. Mão de Obra Dedicada: A contratação na modalidade de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra é a mais adequada para a prestação do serviço de condução de veículos (motorista terrestre), considerando as características específicas desse serviço.

5.4.2.2. Sem Mão de Obra Dedicada: Não se aplica a contratação pretendida.

5.4.3. Contratação de Serviços Continuados: Não se aplica.

5.5. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender a Necessidade

5.5.1. Com base na análise de mercado, conclui através do levantamento de mercado que escolha mais vantajosa a Administração a qual agrega eficiência, custo benefício, e se adequar a realidade logística é a contratação de empresa especializada, com a forma de contratação de serviço continuado com mão de obra., sendo que este cenário a Administração terá maior economicidade e eficiência.

5.5.2. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa:

5.5.2.1. Em avaliação as formas de seleção de fornecedor, a equipe de planejamento optou Licitação por meio do Pregão eletrônico, critério de julgamento menor preço por grupo, modo de disputa ABERTO e FECHADO, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.6. Adequação ao Catálogo de Padronização:

5.6.1. Em consideração a orientação a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual traz a previsão da institucionalização do catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual foi instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, foi consultado através Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP o Catálogo Eletrônico de Padronização disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

5.6.2. 2. Entretanto os itens do objeto não se encontra dentre os itens padronizados pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bem como esta Administração não possui autonomia para incluir dos itens a serem licitados no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras.

5.7. Adequação ao princípio de padronização:

5.7.1. Em atendimento ao disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que trata do princípio da padronização, esclarece-se que o objeto trata-se de serviço comum, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI, da referida lei, uma vez que pode ser objetivamente definido em edital por meio de especificações usuais no mercado. Ademais, a natureza desse serviço demanda uniformidade técnica, garantindo estabilidade, qualidade e segurança na conectividade da rede institucional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar aos seus funcionários todos os materiais necessários ao fiel cumprimento dos serviços, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria;

6.3. Os custos dos materiais devem observar o valor de mercado. Não serão aceitos valores superdimensionados nem subdimensionados;

6.4. Deverão ser consideradas nas propostas, as quantidades de uniformes por posto de trabalho, respeitando-se suas descrições devidas;

6.5. Deverão ser consideradas nas propostas as quantidades de materiais, tributos, benefícios, entre outros valores pertinentes a cada local de prestação do serviço;

6.6. A prestação dos serviços, deverá ser iniciada imediatamente, contados da assinatura do contrato, devendo a contratada, nesse prazo, alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pelo DSEI Médio

Rio Purus, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados;

6.7. Recomenda-se a utilização do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços previsto na Instrução Normativa nº 7, de 20 de setembro de 2018;

6.8. Atendimento integral das disposições a serem elencadas na forma de prestação do serviço, constante neste termo de referência, de acordo com o modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União – AGU.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Importante enfatizar que a metodologia utilizada para estimar o quantitativo de motoristas necessários para atendimento das demandas, teve como base o Processo NUP: 25038.000991/2023-29 que originou o Contrato nº 56/2024, baseando-se também na quantidade de veículos existentes na frota do DSEI Médio Rio Purus, mantendo-se a quantidade já contratada, conforme abaixo:

- Processo de Locação de Veículos NUP nº 25038.000596/2023-46, na qual estão locadas 10 (dez) Pick-ups, conforme firmado no Contrato nº 46/2023 (SEI nº 0037198100).
- Processo de doação de 01 (um) Veículo tipo Van, pela Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, conforme E-mail (SEI nº6098005);
- Processo de aquisição de 02 (dois) Veículos, tipo Pick-ups, NUP nº 25038.000068/2021-25, para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus;
- Processo de aquisição de 01 (um) Veículo, tipo Caminhão 4x2, NUP nº 25038.000585/2021-02, para apoio logístico nas demandas do Serviço de Edificação e Saneamento Ambiental Indígena - SESANI;

7.1.1. Detalhamento da quantidade de veículos, no qual originou a quantidade de motoristas para atender as demandas do DSEI Médio Rio Purus:

7.1.1.1. Veículos Locados, Contrato nº 46/2023:

SEDE ADMINISTRATIVA					
Tipo de Veículo	Quant.	Local (Polos Bases /CASAI /Sede)	Setor de Lotação do Usuário	Município	Aplicação/Finalidade/Atividades/ Ações
Pick-Up	1	SEDE	TRANSPORTE	Lábrea /AM	EMSIs, DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, DOS SETORES, SESANI, SELOG, CONDISI, COORDENAÇÃO
Pick-Up	1	SEDE	TRANSPORTE	Lábrea /AM	REMOÇÕES DE PACIENTES DO FLUTUANTES DO DSEI MRP/CASAI LÁBREA /UBSS/CEO/ CENTRO DE CONVIVÊNCIA DONA CESARINA PARA FISIOTERAPIA /HOSPITAL REGIONAL DE LÁBREA.
Pick-Up	1	SEDE	TRANSPORTE	Lábrea /AM	EMSIs, AGENDAMENTOS, PACIENTES/ACOMPANHANTES, URGÊNCIAS /EMERGÊNCIAS DOS POLOS BASE JAPIIM E CHICO CAMILO.
CASAI LÁBREA					
Pick-Up	3	CASAI	CASAI LÁBREA	Lábrea /AM	DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, AGENDAMENTOS, PACIENTES /ACOMPANHANTES DAS ALDEIAS DO RETORNO

CASAI TAPAUÁ					
Pick-Up	2	CASAI	CASAI TAPAUÁ	Tapauá /AM	DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, AGENDAMENTOS, PACIENTES /ACOMPANHANTES DAS ALDEIAS DO RETORNO
POLO BASE TIPO II - CANUTAMA					
Pick-Up	1	POLO BASE	POLO BASE TIPO II CANUTAMA	Canutama /AM	EMSI, DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, AGENDAMENTOS, PACIENTES /ACOMPANHANTES, URGÊNCIAS/EMERGÊNCIAS
CASAI MANAUS					
Pick-Up	1	CASAI	CASAI MANAUS	Manaus /AM	AGENDAMENTOS, PACIENTES/ACOMPANHANTES, URGÊNCIAS/EMERGÊNCIAS

7.1.1.2. Veículo doado pelo Ministério da Saúde:

SEDE ADMINISTRATIVA					
Tipo de Veículo	Quant.	Local (Polos Bases /CASAIs /Sede)	Sector de Lotação do Usuário	Município	Aplicação/Finalidade/Atividades/ Ações
Van	1	SEDE	TRANSPORTE	Lábrea /AM	TRANSPORTE DE PACIENTES/ACOMPANHANTES, QUANDO EM TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO

7.1.1.3. Veículos adquiridos através do processo NUP nº 25038.000068/2021-25:

CASAI LÁBREA					
Tipo de Veículo	Quant.	Local (Polos Bases /CASAIs /Sede)	Sector de Lotação do Usuário	Município	Aplicação/Finalidade/Atividades/ Ações
Pick-Up	2	CASAI LÁBREA	TRANSPORTE	Lábrea /AM	DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, AGENDAMENTOS, PACIENTES /ACOMPANHANTES DAS ALDEIAS DO RETORNO

7.1.1.4. Veículo adquirido através do processo NUP 25038.000585/2021-02:

CASAI LÁBREA					
Tipo de Veículo	Quant.	Local (Polos Bases /CASAIs/Sede)	Sector de Lotação do Usuário	Município	Aplicação/Finalidade/Atividades/ Ações

Caminhão	1	CASAI LÁBREA	TRANSPORTE	Lábrea /AM	TRANSPORTE DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.
----------	---	--------------	------------	------------	---

7.2. Com as informações acima, os serviços de motoristas terrestres, será executados nas respectivas escala e quantidades, conforme distribuídos na tabela abaixo:

MOTORISTAS TERRESTRES				
Lotação	Especificação e Carga Horária	Quant. Postos	Quant. de Motoristas por Posto	Código - CBO
SEDE ADMINISTRATIVA	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (escala 44 horas)	03	03	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria “D” (escala 44 horas)	01	01	782310
CASAI LÁBREA	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (escala 44 horas)	02	02	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 diurno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 noturno)	03	06	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria “D” (escala 44 horas)	01	01	782310
CASAI TAPAUÁ	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 diurno)	01	02	782305
	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (12/36 noturno)	01	02	782305
POLO BASE TIPO II - CANUTAMA	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (escala 44 horas)	01	01	782305
CASAI MANAUS	Serviço de Motorista terrestre categoria “B” (escala 44 horas)	01	01	782305
TOTAL	-----	17	25	----

7.3. Quanto a estimativa de diárias, A memória de cálculo para se estimar os quantitativos, teve como base o período de deslocamentos realizados pelos Motoristas Terrestres do atual Contrato, contemplando o período de Março/2025 à Março/2026, conforme comprovação através da Planilha (SEI nº 0054576168 e 0054576205).

7.4. O valor a ser pago por diária equivale ao menor valor estipulado no Anexo I do Decreto nº 5.592/2006 (Alterado pelo Decreto nº 11.872, de 29 de dezembro de 2023), ou seja, o montante de R\$ 335,00 (trezentos e trinta e cinco reais) - (página 11 - SEI nº 0054576344).

Tipo de diária	Valor	Qtd total de Diárias	Valor Global
Com pernoite	R\$ 335,00	435	R\$ 145.725,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.857.517,37

8.1. Os valores referenciais do GRUPO a ser licitado, foram obtidos através da realização de pesquisas de preços direto com fornecedores locais e contratações similares com outros entes públicos.

8.2. No item "ANEXOS" consta o Demonstrativo de Preços detalhado, Análise Crítica e Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela equipe de planejamento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A Administração Pública, diferentemente da iniciativa privada, tem o dever de zelar pela escolha da melhor proposta, pois tem o compromisso de administrar bem o dinheiro público, oferecendo serviços de qualidade aos usuários, bem como demonstração pelo zelo, eficiência eficácia e efetividade, respeitando o princípio da economicidade balizado ao princípio da legalidade e da legitimidade (CF, Art. 70, “caput”).

9.2. A Contratação do objeto almejado será realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, em observância ao preconizado na Lei nº 14.133/21. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR GRUPO. O menor preço corresponde ao somatório dos valores globais dos itens.

9.3. Para a contratação em comento, faz-se necessário o agrupamento dos itens, devido a especificação da empresa e dos itens a serem licitados, por trata-se de prestação de um mesmo serviço, garantido a qualidade e responsabilidade contratual, em conformidade o inciso 2º. Art.8º do Decreto nº.7892/13. Quanto a questionamento futuros, sobre a restrições de competitividades, fica assegurada a ampla concorrência, sendo que os procedimentos licitatórios serão de forma eletrônica, cabendo a empresa adequar-se as necessidades do órgão, conforme sua qualificação técnica do mercado.

9.4. Nesse sentido, o Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, que no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, manifestou da seguinte forma: "Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica."

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O objeto da pretendida Contratação não necessita de contratações correlatas e/ ou independentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto pretendido encontra-se previsto no Planejamento Contratações Anual – PCA do DSEI Médio Rio Purus, para o exercício de 2026, conforme Documento de Formalização de Demanda nº13/2026, podendo ser verificado sua veracidade no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Para cumprir sua missão institucional, o DSEI Médio Rio Purus carece da contratação dos serviços de mão de obra de Motoristas nas categorias "B" e "D", de forma a atender as necessidades da Instituição dando suporte operacional a todos os setores demandantes, como o transporte nas áreas de abrangência do DSEI Médio Rio Purus, dos Colaboradores da Sede Administrativa, das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSIs) para até o flutuante e para realização de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde Indígenas e Polos Base de Saúde Indígena; traslado de pacientes/acompanhantes para a regulação de atendimento de média e alta complexidade nas cidades de Lábrea/AM e Tapauá/AM, e para Humaitá/AM ou Porto Velho/RO; compreende ainda o transporte para as entradas e saídas de EMSI's para embarque aos Polos Base Chico Camilo, Japiim e Tawamirim; bem como o transporte de pacientes e acompanhantes, profissionais, equipamentos, vacinas, insumos médico-hospitalares e odontológicos, materiais do serviço de edificações e saneamento necessários para efetivação das ações de saúde.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Após a assinatura do contrato, recomenda-se que o DSEI realize reunião inicial (presencial ou online) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais dentre outros dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.2. Como pauta da referida reunião, poderá ocorrer ainda a apresentação dos principais atores envolvidos na execução do Contrato, entrega das ordens de serviços, entrega de documentos necessários conforme previsto no item 4 deste Estudo Técnico Preliminar.

13.3. Insta destacar que os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em Ata e, preferencialmente, estarem presentes o Gestor e/ou Fiscal de Contrato, ou Equipe responsável pela fiscalização do Contrato, o Preposto da empresa e, se for o caso, o servidor que tenha conhecimento das particularidades da execução do objeto no DSEI, contribuindo deste forma, na minimização de ocorrências ocorridas em contratações anteriores.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Conforme informado no item 4, não incidem critérios de sustentabilidade na presente contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

À luz do exposto, conclui-se com base no estudo realizado que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta instituição. Cientes de que cabe ao Estado zelar para que as aquisições de bens e serviços sejam realizadas do modo mais econômico quanto seja possível, visando promover o uso racional dos recursos públicos que são limitados, também deve zelar pela proteção da sociedade perante riscos à sua qualidade de vida, ao seu bem estar, à sua saúde, e pela proteção do meio ambiente, compreendido em suas realidades natural, cultural e social.

Afirma-se que para concretização das ações de assistência à saúde dos povos indígenas, torna-se imprescindível a contratação dos serviços de motoristas para conduzir os veículos que compõe a frota do DSEI Médio Rio Purus, compreendendo em especial o transporte de usuários indígenas, pacientes e acompanhantes para as CASAI'S, hospitais de referência, aeroportos, terminais portuários e profissionais que continuamente se deslocam para atender as necessidades dos serviços administrativos e social deste DSEI. Além disso, os veículos também são utilizados para transportar materiais, medicamentos e equipamentos odontológicos/ hospitalares das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena, suprimindo desta forma, com eficiência, eficácia e efetividade várias demandas de responsabilidade deste DSEI.

Esse Estudo Técnico Preliminar evidencia que o modelo de contratação de Condução de Veículos mostra-se viável tecnicamente. Diante do exposto, declara-se viável a contratação da solução pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BATISTA SILVA DE SA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 10:14:32.

PEDRO RICARDO DA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 10:22:33.